

Por uma visão multidimensional da sustentabilidade

Texto: Gabriela di Giulio, Profa. Dra. do Departamento de Saúde Ambiental - FSP/USP

Revisão: Giovanna Cavanha Corsi, Nutricionista - FSP/USP

A forma como as sociedades se desenvolveram, sobretudo a partir da Era industrial, produziu diversos impactos à Terra. Os efeitos do crescimento populacional, urbanização, exploração capitalista dos recursos naturais e desenvolvimento de tecnologias e artefatos foram capazes de alterar características naturais como o clima, de maneira decisiva, modificando o funcionamento do sistema terrestre de forma perigosa. O questionamento desse percurso e a própria sobrevivência da humanidade têm motivado um debate sobre a necessidade de mudança global na forma de desenvolvimento. É nesse contexto que a proposta de desenvolvimento sustentável emerge e ganha forças, particularmente a partir da publicação do relatório assinado pela Organização das Nações Unidas (ONU), *Nosso Futuro Comum*, em 1987.

Esse relatório destacou o Desenvolvimento Sustentável como um conceito-chave para a condução de práticas e ações para o enfrentamento dos problemas ambientais. Desenvolvimento Sustentável passou a ser compreendido, assim, como a busca de um desenvolvimento econômico e social capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem prejudicar a possibilidade de que as gerações futuras atendam às suas próprias necessidades.

Mais recentemente, em 2015, a ONU lançou o documento “Transformando o mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, destacando 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, incluindo, entre eles, erradicação da pobreza, ação contra a mudança global do clima e fome zero e agricultura sustentável.

Um conjunto de trabalhos tem se debruçado sobre o entendimento acerca de Desenvolvimento Sustentável e sobre o próprio conceito de sustentabilidade, evocando questões relacionadas à equidade, prudência ecológica, eficiência econômica e atuação dos diferentes atores sociais (Estado, mercado e sociedade). Em comum, esses trabalhos reconhecem que o desenvolvimento sustentável (e a própria noção polissêmica de sustentabilidade) tornou-se um discurso cuja circulação social, embora relevante,

Desenvolvimento Sustentável passou a ser compreendido, assim, como a busca de um desenvolvimento econômico e social capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem prejudicar a possibilidade de que as gerações futuras atendam às suas próprias necessidades.

tem sido conflituosa, marcada por disputas políticas e diferentes propostas de aplicação por governos e sociedade civil.

É a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, salientando importantes aspectos e desafios nesse momento atual relacionados à diversidade cultural, valores éticos e iniquidades, que ganha força uma proposta de compreensão multidimensional sobre sustentabilidade. Nessa visão multidimensional sobre sustentabilidade, um conjunto de aspectos está presente e é valorizado, incluindo: a dimensão social (com questões sobre princípio da equidade, distribuição de bens e de renda, igualdade de direitos, justiça); a ecológica (sobre a necessidade de solidariedade com o planeta, suas riquezas e biodiversidade); a econômica (com a necessidade urgente de revisão dos modelos de produção e

consumo); a espacial (sobre as relações estabelecidas entre o rural e o urbano, entre o global e o local); e a político-institucional e cultural (sobre os impactos do processo de globalização na vida das pessoas).

Essa compreensão multidimensional sobre sustentabilidade tem, na prática, potencial para lidar com os diversos problemas atuais urgentes. Entre esses desafios estão as mudanças climáticas que exacerbam riscos já existentes à saúde humana, à infraestrutura, à biodiversidade, com efeitos negativos a múltiplos setores em diferentes regiões do planeta. As mudanças climáticas afetam, inclusive, a segurança alimentar, devido aos impactos do aumento de temperatura, mudanças nos regimes de chuva e maior frequência de eventos extremos na produção e distribuição de alimentos. Não à toa, relatório produzido pelo Human Right Council, divulgado em 2019, destacou que as mudanças climáticas e as falhas dos Estados em protegerem suas populações,

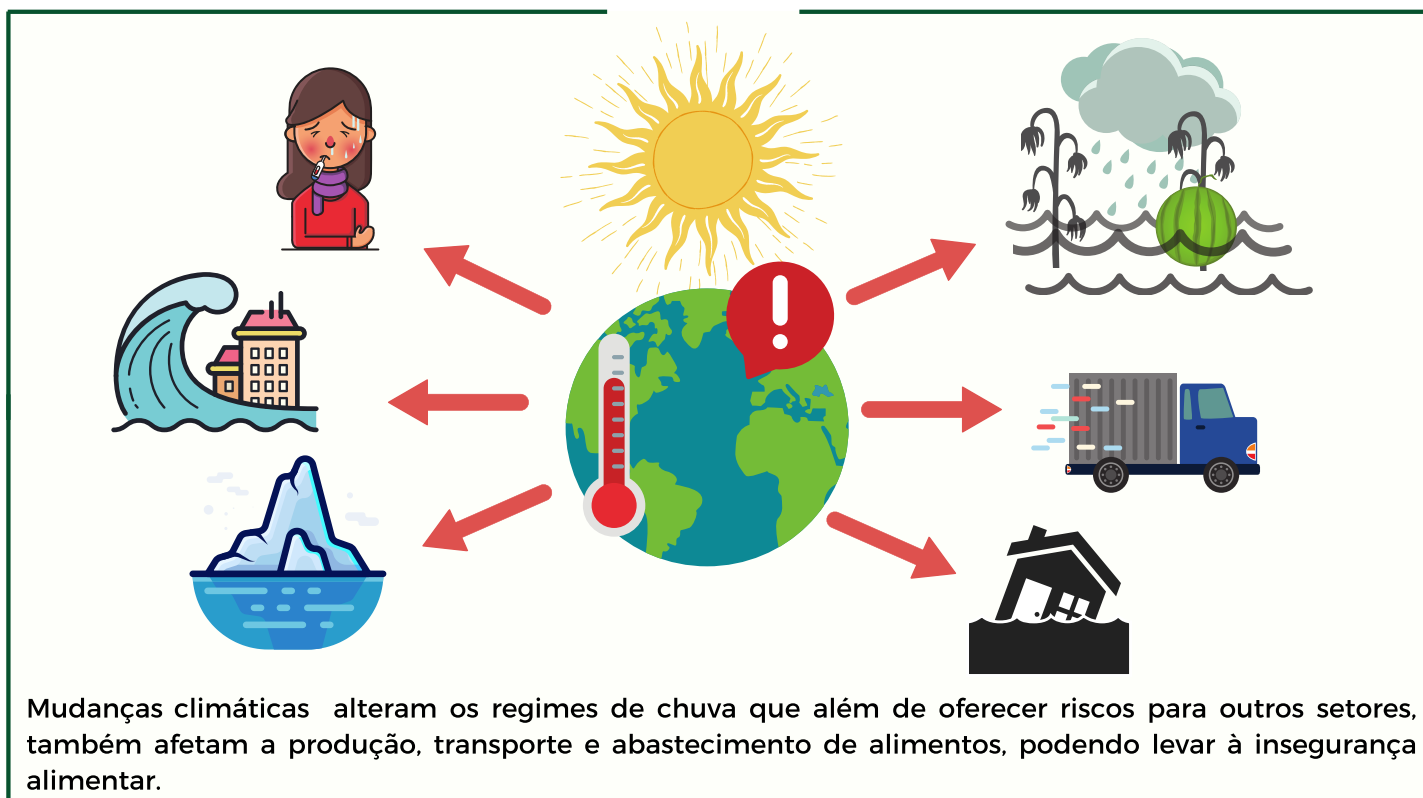


Imagem: Montagem no Canva por Daniela H. Oyafuso - Equipe Sustentare.



Imagem/Foto: Reprodução Canva.

Práticas sustentáveis eficientes partem de uma visão interdisciplinar, ou seja, devem considerar e relacionar vários setores, como o social, econômico, ambiental e político.

particularmente as mais vulneráveis, dos impactos negativos desse fenômeno, ameaçam o futuro dos direitos humanos, colocando em risco os avanços em relação ao desenvolvimento e à redução de pobreza alcançados nos últimos 50 anos. No relatório é destacada a necessidade de uma transformação econômica global e de uma abordagem interdisciplinar que conecte arcabouços regulatórios (como o Acordo de Paris, vigente desde 2015; a Agenda 2030), conhecimento científico, direitos humanos e economia para promover avanços na agenda climática.

Estas mudanças urgentes são destacadas na discussão atual sobre transição para sustentabilidade, tema que tem ganhado força tanto no campo científico como no campo político. Esta transição, dentro da compreensão multidimensional sobre sustentabilidade, envolve uma diversidade de abordagens, estratégias e ações em diferentes setores, como mobilidade, energia e alimentos. Envolve, assim, inovações tecnológicas e sociais, mudanças institucionais e econômicas e transformações nos modos e estilos de vida.

Particularmente no caso brasileiro, o cerne da discussão sobre transição para sustentabilidade está na disposição entre diferentes segmentos da sociedade para negociar os seus interesses múltiplos e conflitantes na tomada de decisão sobre acesso, uso e manejo de recursos naturais, e nas propostas em curso que tocam em questões relacionadas à equidade, igualdade de direitos e justiça. De um lado, se posicionam aqueles que (ainda) defendem o modelo econômico hegemônico; de outro, os que acenam para propostas alternativas, destacando a função social da terra, a garantia de direitos humanos e a necessidade de segurança alimentar para todos, por exemplo. Essa negociação e os resultados que emergirão dela, para os próximos anos, dependem de vontade e comprometimento político; mas também de engajamento da sociedade nas suas diferentes organizações e formas de atuação.

O cerne da discussão sobre transição para sustentabilidade está na disposição entre diferentes segmentos da sociedade para negociar os seus interesses.

Gabriela Di Giulio é professora do Departamento de Saúde Ambiental da FSP/USP. Possui graduação em Jornalismo pela UNESP (2001), especialização em Jornalismo Científica pela UNICAMP (2004), mestrado em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP (2006) e doutorado em Ambiente e Sociedade pela UNICAMP (2010).



Foto: Reprodução IEA/USP